

NACIONALIZAÇÃO COMPULSÓRIA DAS ESCOLAS ÉTNICAS E RESISTÊNCIAS, NO GOVERNO VARGAS

RENK, Valquiria Elita – PUCPR/UFPR
valquíria.renk@pucpr.br

Área Temática: Educação História e Política
Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Resumo

Este trabalho é parte da tese de doutorado que tem como tema o estudo do processo de nacionalização das escolas de imigrantes no Paraná, durante os anos de 1920 e 1930, até culminar com a compulsória em 1938, no Governo Vargas. Estas escolas existiam desde o final do século XIX, e tinham uma organização curricular muito singular, como as sociedades-escola, escolas públicas com ensino em língua estrangeira e escolas privadas de caráter étnico, com o ensino ministrado na língua de origem do grupo. O objetivo desta pesquisa é entender o processo de nacionalização que foi se constituindo durante as décadas de 1920 e 1930, através de medidas que visavam formar o cidadão nacional, com o ensino em/da língua nacional, das matérias ensinadas com caráter cívico patriótico e também de uma legislação que aumentava o controle de caráter legal e pedagógico sobre as escolas. A pesquisa tem a seguinte questão problematizadora: como este processo foi alterando a organização curricular e didática das escolas e quais foram as formas de resistência para manutenção da identidade étnica? As fontes de pesquisa são a legislação educacional do Paraná, os Relatórios de Governo, arquivos escolares, do DOPS, os jornais e também as entrevistas com os sujeitos que vivenciaram este processo. A metodologia da pesquisa histórica permite questionamento e a compreensão deste processo. As Teorias da Etnicidade possibilitam a compreensão deste processo e a permanência da língua estrangeira como elemento fundamental da cultura étnica. Pode-se afirmar que as medidas de nacionalização foram eficientes no sentido de ensinar a língua portuguesa e também em ministrar um ensino de caráter cívico e patriótico, mas, encontrou muitas formas de resistência para a manutenção da identidade étnica. As famílias e algumas instituições religiosas encontraram formas de manter a identidade étnica, apesar dos esforços oficiais.

Palavras-chave: Educação, Nacionalização; Imigração.

Introdução

Esta pesquisa objetiva analisar como foi o processo de nacionalização das escolas de imigrantes, no Paraná, durante as primeiras décadas do século XX, até culminar com a nacionalização compulsória em 1938. Na maioria destas escolas o ensino era ministrado na língua materna de origem do grupo étnico. As crianças eram alfabetizadas em língua estrangeira e muitas desconheciam a língua portuguesa, história e geografia da pátria. Havia várias formas de organização destas escolas, como as

sociedades-escolas, fundadas pela iniciativa dos grupos étnicos que construíam a edificação escolar, mantinham o professor, com ou sem subvenção do governo; as escolas públicas com ensino em língua estrangeira e as escolas étnicas particulares (religiosas ou não) e as escolas bilingues.

Nas colônias, por iniciativa das comunidades étnicas ou de congregações religiosas, construíram e mantiveram as escolas, a maioria sem auxílios governamentais. Nestas escolas um traço quase unânime foi o do ensino ministrado na língua materna do grupo e um currículo que trabalhava com a história, a geografia e cultura destes países. Esta situação passou a “incomodar” autoridades de ensino e intelectuais com a eclosão das grandes guerras no século XX, e estas escolas, foram acusadas de promover a “desnacionalização” da infância. Assim, medidas governamentais, traduzidas em leis e intervenções passaram a exigir o ensino em Língua Nacional e a formação cívica e patriótica dos alunos.

As fontes de pesquisa são os documentos oficiais, (como os Relatórios de Governo, os arquivos do DOPS (Delegacia de Ordem Política e Social), que registram a repressão que muitos imigrantes e instituições foram alvo, a legislação escolar, o jornal Diário da Tarde, publicado em Curitiba e as entrevistas com sujeitos deste processo, alunos destas escolas, no período da Ditadura Vargas. Estas fontes nos possibilitam fazer a leitura do processo pelo ângulo das políticas de nacionalização do ensino e também da resistência praticada pelas comunidades étnicas ante esta política.

“Aprendi a falar português na escola!” esta foi uma das frases mais ouvidas ainda hoje, ao entrevistar ex-alunos destas escolas e que aprenderam a Língua Portuguesa, como uma segunda língua, e no escolar. Ainda hoje em muitas comunidades étnicas do interior do estado, as crianças aprendem o português e a língua materna de origem do grupo, em casa.

Portanto, objetiva-se analisar como as políticas de nacionalização foram implantadas no Paraná nas primeiras décadas do século XX e como as famílias, as escolas de imigrantes e as comunidades resistiram a esta política.

Em cada povoação tem uma escola!

Esta frase foi escrita por um Inspetor de Ensino, nos anos de 1920, ao visitar as áreas de colonização estrangeira e constatar que em quase todas as comunidades étnicas

havia uma escola. Até a década de 20, o controle estatal sobre estas escolas era precário, mas, intensifica-se após a Primeira Guerra Mundial, quando os clamores populares pela nacionalização destas escolas se intensificam, refletindo no endurecimento da legislação sobre o ensino ser ministrado em língua nacional, aulas e atividades escolares de caráter cívico e patriótico, adoção de um programa curricular oficial e a adoção de livros didáticos indicados pelo governo.

Nas colônias, não raro, os próprios imigrantes é que construíam a igreja, o espaço escolar e pagavam o professor, o mobiliário da escola e material didático. Inúmeros são os relatos de falta de escolas públicas e também de requerimentos de colonos solicitando às autoridades a construção de escolas públicas. Conforme escreve Lúcio Kreutz (2000) o número de escolas étnicas eram muito expressivo no Brasil. Em 1937 havia 1.579 escolas alemãs, 396 italianas, 349 polonesas e 178 japonesas. Isto demonstra que havia uma verdadeira rede de escolas de imigrantes, com uma organização e estrutura pedagógica, para suprir a falta de escolas públicas. Havia também as associações culturais, recreativas, escolares de caráter étnico e os jornais publicados em diferentes línguas. Estes elementos foram importantes na difusão e manutenção da etnicidade, até serem fechado em 1938.

Ainda na década de 1920, o Inspetor de Ensino do Paraná, Martinez, relatava: “Impressionam bem aqueles rostos corados, de linhas bonitas, com os olhos quase sempre azuis e os cabelos dourados da cor dos trigais em novembro.... mas que não falam a Língua nacional.” Após 1938, as associações culturais e escolares não puderam mais ofertar o ensino formal, transformaram-se em clubes sociais, fechando inclusive as bibliotecas.

A Legislação Educacional e o Ensino em Língua nacional

A partir de 1900, a legislação educacional do Paraná enfatizava a necessidade do ensino da língua nacional, em todas as escolas. Em 1909 o Diretor Geral da Instrução Pública, Jayme dos Reis, se declarava partidário da obrigatoriedade do ensino da língua nacional, mesmo nas escolas de imigrantes (WACHOWICZ, 1984, p. 209).¹

Para o Estado Brasileiro, não era possível pensar em formação da nação sem a adoção de uma língua nacional. Daí a importância dada ao sangue (ou à raça) e à língua como elementos fundamentais da nacionalidade. Era necessário também que as escolas

¹ WACHOWICZ, L. A. . **Relação Professor-Estado no Paraná Tradicional**. São Paulo: Cortez, 1984

enfatassem o ensino de outros elementos simbólicos como o Hino Nacional, a Bandeira Nacional, a História e a Geografia do país.

A legislação estadual sobre o ensino, desde 1900 até 1938, enfatizava que o ensino deveria ser em língua nacional. As escolas de imigrantes encontravam maneiras de “resistir” e de “burlar” as leis, adotando em seu currículo o bilingüismo. “Estudava em uma escola polonesa, de manhã as aulas em polonês e à tarde em brasileiro” (H.W).

O inspetor pede a remoção do professor público para outra localidade de maior população, pois **os colonos não mandam seus filhos à escola**, porque ali não se leciona a língua polaca e existe uma escola-sociedade que mantém um curso nessa língua. (WACHOWICZ, 1984, p. 212)

Em 19 de abril de 1909, houve uma reforma do ensino, no Estado, através da Lei 894, sobre a obrigatoriedade do ensino em língua nacional nas escolas particulares. Esta mesma lei estipulava multas aos estabelecimentos que infringissem a lei. No ano de 1906, o Deputado Barbosa Lima, discursava na Câmara, propondo o fechamento das escolas que ensinassem em língua alemã, pois o ensino deveriam ser somente em língua portuguesa.

O papel dos imigrantes foi considerado fundamental para branquear a raça e “concorrer para a formação de um tipo brasileiro, elemento da unidade nacional. Trata-se de uma construção racial – clarear a pele do brasileiro do futuro, pelo menos, pois a nacionalidade já tem a sua cultura, sua língua e religião.” (SEYFERTH, 1996, p. 51). Assim, os imigrantes poderiam ser bons para colonizar, mas representavam um perigo à nacionalidade, devido ao seu apego à cultura de origem. Os políticos e intelectuais consideravam que era preciso “abrasileirá-los, o que se faria por meio do ensino fundamental cujos conteúdos os instruíam não apenas para o uso do idioma português, como também para o culto dos valores cívicos da nação a quem passariam a servir” (BREPOHL DE MAGALHÃES, 1993, p. 47).

A Primeira Guerra Mundial e as Escolas de Imigrantes

O período de duração da Primeira Guerra Mundial marcou profundamente a vida das comunidades étnicas no Paraná. Os alunos também acompanhavam de perto as manifestações de hostilidade, neste período

Certa manhã, ao chegar para as aulas, tive e tiveram os colegas um espetáculo constrangedor. Em algumas salas de aula e corredores havia grande desordem: muita coisa quebrada.(...) O Brasil estava em guerra,

conflagração mundial e os alemães e descendentes sofreram, (...) perseguições e depredações (...) ².

A exaltação à língua nacional e ao patriotismo estavam presentes, em editoriais inflamados que pugnavam pela nacionalização das escolas étnicas, no jornais do Paraná. Em 1915, o jornal Diário da Tarde assumiu a defesa da reforma do ensino, propondo instrução da língua nacional nas escolas de estrangeiros e um currículo único para todas as escolas do Estado.³ A escola era entendida como o meio mais eficiente para isto.

As hostilidades da sociedade brasileira com as comunidades étnicas, principalmente a alemã aumentou no período da guerra, as animosidades, foram marcadas por arruaças, ataques à Igreja e à imprensa. O jornal Diário da Tarde registrou inúmeras manifestações patrióticas da sociedade brasileira em Curitiba, com recomendação dos oradores de “*morras à Alemanha*” ⁴. Os manifestantes empunhavam a Bandeira Nacional e as dos países aliados, entoavam o Hino Nacional, demonstrando o seu patriotismo. Em 1917, as escolas étnicas foram fechadas e reabertas em 1918. A eclosão da Primeira Guerra Mundial trouxe à tona, para as autoridades, a necessidade da intensificação da nacionalização dos estrangeiros. No Paraná, muitos intelectuais cultuavam e divulgavam a história e tradições do Estado e formavam o Movimento Paranista, liderados por Romário Martins.

No Relatório da Secretaria de Estado dos Negócios do Interior, Justiça e Instrução Pública, de 1917, constava o fechamento de quatro escolas estrangeiras e a disposição das autoridades em fechar aquelas que não cumprissem os dispositivos legais. Ao mesmo tempo, as atividades promovidas pelas escolas públicas, enfatizavam as atividades patrióticas.

Às 11 horas, os alunos formados entoaram em frente do Grupo o Hino à bandeira, sendo esta levantada simultaneamente. Ao terminar o Hino foi a Bandeira saudada por diversos alunos, conforme a ordem do programa já publicado (...) ⁵

Para ANDERSON (1989), a nação é uma comunidade imaginada, identificada com um território ou Estado. No Brasil, a homogeneidade havia de ser construída.

O Estado passa a agir para juntar estas pessoas em um povo que se sente unificado por origens comuns, passa a falar uma língua comum, aprende uma história comum. (...) A língua nacional escrita e uma língua falada,

² Depoimento de Rosário F.M. Guérios, ex-aluno do Bom Jesus, in PICCOLO, (1980, p. 29).

³ Publicado no Diário da Tarde, edição de 04-08-1915, n. 5161, matéria de capa.

⁴ *Morras* era uma expressão usada no sentido de morte. No caso, morte à Alemanha.

⁵ Publicado na Gazeta do Povo. Ecos do dia da Independência. A festa no Grupo Escolar Conselheiro Zacarias. Curitiba, 09-09-1920.p. 01.

compreensível para a massa, passam a ser a fronteira natural da nação. A bandeira e o hino nacional, os feriados nacionais são parte deste processo de construção de uma memória nacional capaz de organizar e de disciplinar os indivíduos (OLIVEIRA, 1997, p. 186).

Em 09 de janeiro de 1917, o Governo aprovou o Código do Ensino, através do Decreto n.º. 17⁶. No Art. 4º estabelecia a competência do poder público em inspecionar os estabelecimentos particulares de ensino; difundir-lo e despertar o povo para a importância da educação das crianças, através de conferências educativas e festas cívicas. Previa também o registro dos métodos de ensino e de toda a organização das escolas (públicas e particulares), a distribuição dos alunos pelas classes, os métodos pedagógicos, as matérias lecionadas e os livros adotados. Tudo deveria ser comunicado às autoridades. As aulas de Moral e Civismo e os livros didáticos tinham um papel fundamental neste processo:

(...) Outros livros são ainda necessários para completar a leitura. *Outros finalmente formam o civismo: o amor da Pátria e das instituições; o respeito às leis e a ordem; o cumprimento do dever acima de todos os interesses pessoais; o culto pelo passado.* Cada um deles deve cingir-se a um só programa: ou se destinam a formar corações, ou tem por fim abrir os olhos à inteligência, ou então, cuidam da nacionalidade e da Pátria⁷.

As escolas eram estimuladas a desenvolver manifestações cívicas nas datas e feitos importantes à memória nacional, como o Dia da Bandeira, do Descobrimento, da Inconfidência e outras. Também o Pavilhão Nacional era hasteado nos edifícios públicos. Era importante também investir na formação de um cidadão forte e mais uma vez a escola estava presente,

A Educação Física, considerada como base da educação moral e intelectual, deve merecer os mesmos cuidados da educação do espírito, isto é, desenvolver harmônica e progressivamente a robustez do corpo, de acordo com as condições anatômicas e fisiológicas do educando. (MARTINEZ, 1921, p. 58)⁸

Para formar o cidadão brasileiro, os programas escolares deveriam priorizar o ensino das disciplinas de: História, Geografia, Moral e Cívica, Estudos de Canto, Música, Declamação, Ginástica e Esportes.

A nacionalização em Processo

⁶ Publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná de 10-01-1917.

⁷ Relatório do Inspector Geral do Ensino. Curitiba, 1921. DEAP.

⁸ MARTINEZ, C.P. **Relatório de Governo, 1920 e 1921**. Curitiba: DEAP.

Para OLIVEIRA (1997), era preciso inventar a autenticidade e buscar as raízes nacionais em um passado histórico. A saúde e a educação eram de receita para os males da nação. Preconizavam que a educação e o serviço militar obrigatório fariam frente ao perigo interno e externo.

O Governador Caetano Munhoz da Rocha ampliou a política de nacionalização, através da Lei n.º. 2.005:

Art. 1.º - As escolas particulares estrangeiras que funcionam no Estado, são obrigadas a ensinar em língua vernácula, História do Brasil, Corografia do Brasil e a Língua Portuguesa, de acordo com o programa do ensino oficial.

Art. 3.º - Quando a escola estrangeira solicitar, o Governo poderá nomear professor normalista para reger a cadeira e lecionar essas matérias, sem ônus para o estabelecimento, sendo o professor considerado em função pública. (MARTINS, 1955, p. 386)

Mesmo com a campanha de nacionalização, segundo WACHOWICZ, em algumas comunidades os pais ainda preferiam mandar os filhos para as escolas estrangeiras. Observe relato a seguir:

Na colônia Afonso Pena, conseguimos demover os colonos de mandarem seus filhos ao colégio polaco. A nossa escola, situada em frente ao edifício mandado construir pelos colonos, apesar de funcionar em prédio magnífico e ter a sua frente professora competente e dedicada, permanecia com os bancos vazios, enquanto a outra mal podia conter dezenas de crianças. Desanimados com esse estado de coisas, mandamos fechar a escola polaca⁹.

Assim, na década de 20, o Relatório do Inspetor de Ensino, César Prieto Martinez, informava ao governo sobre o perigo da infância desnacionalização que estava ocorrendo nas escolas estrangeiras. Ele havia ordenado o fechamento das escolas que não ensinavam a língua portuguesa e solicitava o fornecimento de livros didáticos de Língua Nacional, História e Geografia, para a nacionalização da infância.

Dando continuidade a esse processo de nacionalização do ensino, no Paraná, em 1922, o Decreto Lei n.º. 2.157, enunciava a liberdade de ensino das escolas particulares, mas, deveriam comprovar a idoneidade moral dos professores, respeitar os feriados nacionais, ministrar aulas em língua nacional e as aulas de Geografia e História do Brasil deveriam ser ministradas por professores de reconhecida competência. Previa também o controle através da adoção dos programas oficiais de ensino, informação às autoridades dos dados estatísticos e dos programas de ensino. Esta lei ainda não foi suficiente para nacionalizar a infância. "Era assim, meio dia era polonês e meio dia era português, tinha professor polonês e professor português. (...) Quando era dia 03 de maio, uma data muito importante na Polônia, então havia festa" (HW). Para as famílias

⁹ PARANÁ, Relatório do Inspetor Geral do Ensino, Cesar P. Martinez, em 1921, p. 69-70. DEAP.

dos descendentes de imigrantes a manutenção da língua materna era importante elemento na manutenção da identidade cultural.

A Política de Nacionalização e o Fechamento das Escolas Étnicas

O nacionalismo do Estado Novo (1937/1945), que centralizava a política administrativa do país, buscava construir uma

identidade nacional tomando diferentes modelos culturais regionais, fazendo-os conviver em um novo projeto ufanista de Brasil.(...) A identidade do Estado Novo aparece definida na pena dos intelectuais a partir de duas características básicas e inseparáveis: o regime é 'novo' e é 'nacional'" (OLIVEIRA,1990, p. 193).

No período de 1930-45, havia uma concepção de segurança nacional, para garantir a segurança contra possíveis ataques de inimigos externos e internos. Segundo Horta, o conceito de segurança nacional era abrangente. Envolveva: "(...) mapas imigratórios, aglomerações das correntes imigratórias, adaptação do imigrante adulto, mentalidade do imigrante, aspectos da política de imigração e de colonização, assimilação imigratória (...)" (HORTA, 1994, p. 33)

Segundo Horta, as instituições escolares contribuiriam na solução das questões relacionadas à segurança nacional, a partir de três grupos de problemas: os da ordem, os de defesa e os da melhoria da eficiência do aparelho das Forças Armadas. A educação escolar deveria difundir a imagem da Pátria, os princípios da preservação da família e inculcar o amor ao trabalho. Neste contexto, a Educação Moral e Cívica teve especial relevância nos currículos escolares.

Com o golpe de Estado de 1937, o programa de ação do governo Vargas tinha como premissa "erradicar as influências estrangeiras atuantes, principalmente nos três Estados do Sul e inculcar nas populações de origem européia o sentimento de brasilidade" (SEYFERTH, 1982, p. 175). Pretendiam as autoridades a assimilação compulsória, através de uma legislação, que colocou à margem da lei as instituições consideradas estrangeiras.

É do texto Constitucional de 1937 a política de nacionalização do ensino, de institucionalização das diretrizes, para abolir as distinções locais, fortalecer a autoridade central e fundir numa Nação os Estados e as comunidades urbanas. Estabelecia as competências da União: traçar as diretrizes a que se deve obedecer na formação cívica, moral e intelectual da infância e da juventude, além de promover a sua disciplina moral,

visando ao cumprimento de suas obrigações para com a economia e a defesa da Nação Assim “ o ensino é (...) um instrumento em ação para garantir a continuidade da Pátria e dos conceitos cívicos e morais que nela se incorporam (HORTA, 1994, p. 160).

A extinção das escolas estrangeiras ocorreu em 1938, através do Decreto Federal nº 406 de 04, de maio¹⁰ conhecido como “Lei da Nacionalização“, que tinha no seu corpo legal a exigência de que

todo o ensino fosse em língua portuguesa, que todos os professores e diretores fossem brasileiros natos, que nenhum livro de texto, revista ou jornal circulasse em língua estrangeira nos distritos rurais e que o currículo escolar deveria ter instrução adequada em História e Geografia do Brasil. Proibia o ensino de língua estrangeira a menores de 14 anos e ordenava que se desse lugar de destaque à bandeira nacional em dias festivos, rendendo-se homenagem à mesma.” (KREUTZ, 1991, p. 154).

Isto interferiu de forma fatal na organização das escolas étnicas que tinham o material didático e a metodologia de ensino único. O idioma tem o papel de “unificação nacional, ora servindo para aglutinar as populações, ora sendo imposto em nome da nacionalização. Nas regiões de colonização estrangeira, a repressão nesse período foi muito intensa, com prisões e torturas, queima de livros, ocupação de edificações das associações étnicas, apreensão de rádios e a necessidade de salvo conduto para deslocar-se internamente. Nas colônias de imigrantes, até as crianças perceberam que não podiam falar a língua de origem do grupo. “Não deixavam falar, em rezar em ucraino, só em português nem que fosse num velório. Os poloneses também, uns foram presos porque cantaram em polonês, no velório do pai deles, foram presos. (A.N.-descendente de ucranianos).

A vida cotidiana das escolas étnicas foi afetada com a Lei Federal nº 7.614 de 12 de dezembro de 1938 que, no artigo sétimo, estabelecia:” a *instrução primária será ministrada exclusivamente em Português*”. Esta lei complementar reforçava o Decreto Federal nº 406, de 04 de maio de 1938. O material didático e os livros escolares também foram objeto de censura, com o Decreto Federal nº 1.006, de 10 de dezembro de 1939.

O Decreto 1.545 de 15 de agosto de 1939 foi o mais importante, para o processo de nacionalização do ensino, pois instruíu os Secretários Estaduais de Educação que construíssem escolas públicas nas áreas de colonização estrangeira. Também determinava que o patriotismo deveria ser estimulado, a fiscalização ao ensino de

¹⁰ Principalmente no que se refere aos Art. 85 a 90, que tratam especificamente do uso da língua nacional em livros, jornais e revistas.

línguas estrangeiras deveria prosseguir nas atividades cotidianas como também em assembleias e reuniões públicas; reafirmava que os estrangeiros não poderiam ser diretores e, ainda, que a Educação Física fosse colocada sob a direção de um oficial das Forças Armadas. (Principalmente nos Art. 1º, 2º, 3º, 12 e 14).

Dando continuidade às medidas de nacionalização do ensino, em 08 de março de 1940, o Decreto nº 2.072 criava a Juventude Brasileira, para jovens de 11 a 18 anos. Estabelecia que a Educação Física fosse a atividade integradora dos jovens com a Pátria em que estavam vivendo. Estimulava o ensino de História e Geografia do Brasil, como uma maneira de formar uma nova geração de cidadãos nacionais.

À medida que as escolas étnicas foram sendo fechadas, aumentou o número de escolas públicas. Assim, no Paraná, foram fechadas 78 particulares (estrangeiras) e abertas 70 escolas públicas. O Governo Federal concedia auxílio especial a esses Estados, para a construção de prédios escolares nas comunidades de imigrantes (AZEVEDO, 1996, p. 678-679). No Estado do Paraná, a política de nacionalização das escolas se efetivou pelo Decreto nº 6.149, de 10-01-38. Os estabelecimentos particulares de ensino poderiam funcionar desde que tivessem o registro na Diretoria geral da Educação e obedecessem às seguintes disposições:

- Discriminação do local de funcionamento, dos cursos, das disciplinas ofertadas, dos programas, número de alunos e professores (Art. 4º).
- Provar que os professores de Português, História e Geografia fossem brasileiros natos e diplomados por instituição nacional (Art. 4º).
- Ministrar o ensino primário em língua nacional, assim como também o jardim de infância (Art. 5º).
- Fazer escrituração em língua nacional, ensinar e cantar diariamente o Hino Nacional e o Hino da Bandeira.

A política de nacionalização era severa e possibilitava a aplicação de multas aos estabelecimentos que a descumprisse (Art. 10). Alguns professores se aposentaram, outros se naturalizaram e também houve a demissão de professores estrangeiros. As escolas de imigrantes fecharam definitivamente as portas, mas, as escolas religiosas perderam o caráter étnico e algumas poucas como escolas públicas.

Para concluir: As Muitas Formas De Resistência

Os decretos, a força policial, a vigilância sistemática, o controle dos deslocamentos e das atividades políticas, não apagaram a cultura dos grupos étnicos. As sociedades-escolas foram fechadas, e tiveram que registrar no DOPS seus estatutos, que não poderiam ser espaços escolares. Assim, muitas crianças foram transferidas às

escolas públicas, sentindo as diferenças culturais entre ser descendente de imigrante e brasileiro. “Em Irati, quando nós passamos pro grupo eles chamavam nós de polaco. Diziam “esta polacada, não sei o quê a polacada veio fazer aqui”. (H.W). Muitos foram aprender a língua portuguesa nesta escola.

Muitos se calaram, não saiam de casa, não falavam em espaços públicos, celebrações religiosas deixaram de ser realizadas, pois as pessoas não entendiam a língua portuguesa. Idosos que não falavam a língua portuguesa se calavam em espaços comerciais e públicos. “Ela não sabia falar em português e eles não sabiam o que ela queria. Então assim era.” (A.N)

Até mesmo prantear os mortos foi um problema, pois a denúncia de que as rezas e orações em feitas em língua estrangeira levavam a polícia a invadir velórios e levar presos os que acompanhavam este rito.

É inegável as relações de cumplicidade que se estabeleciam entre as escolas e as comunidades étnicas, para manter e ensinar a língua de origem do grupo

“A freira dava aula prá nós assim, de manhã, escondido num galinheiro, num ranchinho que tinha no quintal, então nós estudávamos lá. Assim, nós ia das oito ás dez, mais ou menos, ficávamos fechadinhos e a freira ensinava ucraino prá nós. Daí quando já vinham as outras crianças prá escola, a gente tinha que sair e ficar brincar juntos com eles prá ninguém desconfiar que estávamos estudando ucraino. Não podia falar ucraino na escola.” (A .N. descendente de ucranianos)

As intervenções do governo nas escolas, na imprensa e nos clubes significaram a negação de valores culturais trazidos pelos imigrantes desde o final do século XIX. Ao mesmo tempo em que se proibia o uso das línguas estrangeiras nos espaços públicos, na imprensa e na escola, forçosamente estes imigrantes eram obrigados a se manifestar em língua nacional, mas, não significa que esqueceram a cultura de origem. Assim, até hoje, parte da comunidade ucraniano-brasileira, tem a missa ministrada na língua ucraniana, inúmeras celebrações religiosas, grupos folclóricos, são ativos na manutenção e divulgação de uma cultura de origem, não deixando morrer o alfabeto cirílico. Também as famílias se calaram por um tempo, mas, não abandonaram o uso da língua de origem do grupo. Na escola só se falava e se aprendia em português, mas, em casa a língua de origem do grupo não deixou de ser falada.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, B. **Imagined Communities**. London?New York:verso, 1989.

AZEVEDO, F. **A cultura Brasileira**. 6^a edição. Rio de Janeiro: UFJR, 1996

BOSCHILIA, R. **O cotidiano de Curitiba durante a II Guerra Mundial.** Curitiba, FCC, 1995.

BREPOHL DE MAGALHÃES, M.D. **Alemanha, mãe-pátria distante; utopia pangermanista no sul do Brasil.** Campinas: UNICAMP, Tese de Doutorado, 1993.

HORTA, J.S.B. **O hino, o sermão e a ordem do dia.** Rio de Janeiro, UFRJ, 1994
KOWARICK, L. **Trabalho e vadiagem** a origem do trabalho livre no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 1994

KREUTZ, L. **O professor paroquial.** Porto Alegre: Ed UFRS/UFSC/EDUCS, 1991

_____. Escolas comunitárias de imigrantes no Brasil: instâncias de coordenação e estruturas de apoio. **Revista Brasileira de Educação**. no. 15. P. 159-176, set/dez.2000.

MARTINS, W. **Um Brasil diferente.** São Paulo: Ed. Anhembi, 1955.

OLIVEIRA, L.P. Questão nacional na Primeira República. In **A década de 1920 e as origens do Brasil moderno.** São Paulo: Editora da UNESP, 1997.

_____, L.P. **A questão nacional na Primeira República.** São Paulo: Brasiliense, 1990.

PARANÁ, Relatório do Inspetor Geral do Ensino, Cesar P. Martinez, em 1921, p. 69-70. DEAP.

_____. Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado, pelo Professor César P. Martinez em 1920.

_____. Relatório apresentado ao Secretário Geral do Estado, pelo Professor César P. Martinez em 1922.

SEYFERTH, G. Construindo a nação: hierarquias raciais e o papel do racismo na política de imigração e colonização. In **Raça, ciência e sociedade.** Rio De Janeiro: Fiocruz, 1996.

_____. **Nacionalismo e identidade étnica:** a ideologia germanista e o étnico Teuro-Brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis, FCC, 1982

WACHOWICZ, L. A . **Relação Professor-Estado no Paraná Tradicional.** São Paulo: Cortez, 1984

JORNAIS

GAZETA DO POVO, 09/09/1920

DIÁRIO DA TARDE, 08/10/1914, 04/08/1915